

## DEMOCRACIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO EM CIDADES CRIATIVAS

**A**s noções de democracia, tecnologia e desenvolvimento mostraram-se amplamente relacionadas no debate em torno do conceito de “cidade criativa”. Ao tratar desse conceito, Charles Landry (2011) aponta que cidades que se enquadram nesse perfil – nas quais a convergência entre Estado, setor privado e população permitiu a atração de talentos diversos a fim de fortalecer a capacidade criativa de instituições (CCTC, s.d) – precisam de mecanismos físicos e tecnológicos de comunicação para a aproximação pessoal e a mitigação de controvérsias sociais. Em tais cidades, novas possibilidades de desenvolvimento foram abertas a partir da mobilização produtiva de especificidades culturais e criativas locais num contexto democrático. Além disso, relações complexas foram construídas entre governos e empresas de diferentes tamanhos, territórios e expertises ligadas às atividades dessa economia a fim de estimular uma noção de desenvolvimento que abarcasse o crescimento econômico, a inclusão social e a preocupação com o meio ambiente (JESUS; KAMLOT, 2016).

As novas tecnologias – em particular as mídias digitais – podem facilitar o acesso à produção e aos mercados culturais, bem como promover novas formas de distribuição e consumo de bens e serviços criativos e trazer novos espaços para a participação política em cidades criativas. Enquanto propulsoras da economia criativa, as novas tecnologias estiveram presentes em inúmeras definições de formuladores de decisão política e acadêmicos acerca dessa economia. A definição do governo britânico – uma das pioneiras na formulação de decisão – coloca a economia criativa como um conjunto de atividades originadas nas habilidades e talentos pessoais e dotadas de potencial para gerar trabalho, riqueza e propriedade intelectual. Nessa economia, profissionais criativos e artistas se conectam a gestores das áreas de tecnologia e comunicação e desenvolvem bens e serviços valorados a partir das suas características culturais em áreas como publicidade, arquitetura, artesanato, design, moda, cinema, software, música, artes performáticas, mercado editorial, audiovisual, museus e galerias (DCMS, 1998; MIGUEZ, 2007). John Hartley (2005) argumenta que as artes que vêm do talento pessoal se imbricam com os setores culturais a partir do desenvolvimento de novas tecnologias. Já Richard Florida (2002) coloca que, dentre os fatores que caracterizariam os profissionais que atuam nos setores criativos, estaria o domínio da tecnologia, vista como o conhecimento sobre as infraestruturas criativas de circulação e interação.

Ademais, a economia criativa deveria estimular a democracia, oferecendo a todos os públicos o direito de acesso às manifestações das diversidades temática, setorial, territorial e autoral na cidade e permitindo a eles conhecer o repertório cultural possível e ampliar suas opções. A criatividade de uma cidade é vista em diversos campos que vão além dos setores criativos. A administração pública, por exemplo, pode estimular inovações sociais com criatividade em áreas como saúde, educação, segurança pública e mobilidade urbana (LANDRY, 2011). Nesse contexto,

para que se garanta a expressão da democracia em cidades criativas, o Poder Público e os agentes sociais precisam assegurar sustentabilidade social, cultural, ambiental e econômica em condições semelhantes de escolha para as gerações futuras. Ademais, assumir a economia criativa como vetor de desenvolvimento seria assumi-la como um processo cultural gerador de inovação e promotor da inclusão produtiva da população, priorizando aqueles que se encontrassem em situação de vulnerabilidade social, por meio da formação e da qualificação profissional e da geração de oportunidades de trabalho e de renda. O desenvolvimento de políticas coerentes para a inovação cultural – que tem como sustentáculo a criatividade – é algo crítico para que, no longo prazo, possa-se alcançar um desenvolvimento economicamente sustentável (JESUS, 2017).

A constituição de cidades criativas envolve o direcionamento de recursos para obras estratégicas e a coordenação de esforços entre diferentes níveis de governo para captar recursos, estimular a participação pública, integrar a população ao mercado de trabalho e incentivar a criação e o fortalecimento dos negócios locais. Dentre as principais iniciativas voltadas para tal constituição, cabe destacar a criação de incubadoras e aceleradoras de empresas, o estímulo à constituição de distritos e bairros criativos, a realização de feiras e exposições para dinamizar o comércio local, a manutenção da infraestrutura adequada para a produção e a comercialização de bens, a implementação de programas de educação empreendedora, o incentivo à inovação nas empresas, a facilitação do acesso à tecnologia, o desenvolvimento de sistemas de crédito acessíveis e eficientes e a desburocratização (LOPES; AMARAL, 2008). Cumpre também lembrar que a criatividade configurou-se, no contexto contemporâneo, não apenas como elemento fundamental da competitividade das empresas, mas como item de diferenciação de lugares que procuram se destacar na competição global por investimentos. Tendo isso em vista, as políticas de desenvolvimento urbano e regional vieram gradativamente reconhecendo o papel do conhecimento e da criatividade como recursos territoriais que fortalecem competências pela diferenciação e apresentam potencial para a geração de emprego e renda (FIGUEIREDO, 2015).

Além disso, a regeneração geográfica e a ampliação da qualidade de vida promovidos por políticas públicas relacionadas à economia criativa podem atuar como agentes de recuperação e de solução de problemas socioeconômicos. Os efeitos positivos da atuação desses agentes transcendem a geração de impostos, empregos e comércio e abarcam a fixação da população, a elevação da autoestima local, o reforço da coesão social, a consolidação de parcerias público-privadas e a afirmação da imagem local. Contribui-se, assim, para uma noção mais ampla do desenvolvimento, que abarca não somente o crescimento econômico, mas engloba também promoção de justiça social e preservação ambiental (FIGUEIREDO; JESUS, 2017).

Entretanto, críticos do conceito de “cidade criativa” apontam que o modelo de urbanismo no qual ele se enquadra está associado a imperativos econômicos e a uma agenda neoliberal que marginaliza efeitos redistributivos potencialmente negativos e gera empecilhos no que diz respeito à efetiva participação democrática,

à difusão tecnológica e ao avanço de projetos de desenvolvimento socioeconômico, em especial quando o estímulo a formas estereotipadas de atividades criativas pode ocorrer em detrimento de investimentos em bem-estar social, educação, saúde ou apoio a outras formas de criatividade que não sejam as valorizadas por elites urbanas (CLOSS et al., 2014). Esses modelos podem não alterar o contexto em que as disparidades socioeconômicas se desenvolvem, sendo grandes os riscos da gentrificação e exclusão social (MILES, 2014).

Diante dos debates em torno do conceito de “cidade criativa”, o objetivo deste dossiê é explorar a relação entre as noções de democracia, tecnologia e desenvolvimento em cidades que se enquadram nesse perfil. No artigo “Definição de requisitos não-funcionais em projetos da economia criativa”, os autores Gustavo Severo Dalla Costa e Danieli Maehler Nejeliski examinam a relação entre projetos da economia criativa e a definição de seus requisitos não-funcionais, identificando características desses projetos, obstáculos e possíveis soluções envolvidas em contextos urbanos. Tais requisitos – intangíveis, subjetivos, abstratos e ligados à criatividade e à inovação – tornaram-se fundamentais para a compreensão da abordagem em projetos criativos. Diante da dificuldade de se realizar a coleta de requisitos e da incompreensão do que será realizado pelas partes envolvidas, os autores argumentam em favor da necessidade de se definirem requisitos não-funcionais mais precisos, consistentes e claros, baseados na iteratividade e na multissensorialidade.

Em “Economia criativa e desenvolvimento sustentável na América Latina: potencialidades e desafios”, Isaías Albertin de Moraes examina as potencialidades e os desafios da economia criativa para o desenvolvimento inclusivo e com sustentabilidade em cidades criativas da América Latina, sobretudo aquelas localizadas em países com parques industriais diminutos. Já no artigo de Vitor Pires dos Santos e Gabriel Nunes Garcia, “Identificação e exploração de oportunidades internacionais: estudo de caso no setor de audiovisual”, os autores analisam o processo de identificação e exploração de oportunidades por parte de uma empresa brasileira atuante em uma cidade criativa na implementação da sua estratégia de internacionalização. Segundo os autores, redes, flexibilidade de recursos, conhecimento, perfil do empreendedor e adaptação ao ambiente foram fundamentais no processo de identificação e exploração de oportunidades internacionais, bem como na maximização de valor em suas produções culturais.

Em “Presença online das cidades criativas brasileiras: análise dos websites oficiais”, Cynthia Correa tem como objetivo geral investigar as atividades de comunicação e conscientização promovidas online por oito cidades criativas brasileiras, com o intuito de identificar as melhores práticas de divulgação para mobilizar os diferentes públicos em torno da Rede da UNESCO a partir de seus websites oficiais. A autora também identifica a deficiência no processo de disseminação das atividades de comunicação e conscientização por parte da maioria das cidades criativas brasileiras. Chamando também a atenção para as dificuldades na constituição das práticas democráticas, da difusão tecnológica e do desenvolvimento sustentável em uma cidade criativa, o artigo de Renata Lèbre La Rovere, Guilherme de Oliveira Santos,

Antônio Pedro da Costa e Silva Lima e Pedro Paulo Cardoso Barcellos Ferreira, “A cidade maravilhosa também pode ser inovadora?: Desafios e obstáculos para o Rio de Janeiro se converter em um ecossistema de inovação”, tem como objetivo analisar os desafios e obstáculos para a cidade do Rio de Janeiro se converter em um ecossistema de inovação. Baseados em três dimensões de análise – empreendedorismo; ambientes de inovação e ecossistema urbano de inovação –, os autores argumentam que o Rio de Janeiro tem potencial para se converter em um ecossistema de inovação, mas precisa enfrentar desafios e obstáculos relacionados ao excesso de burocracia, às grandes desigualdades socioespaciais, à infraestrutura deficiente, à desarticulação entre atores e instituições ligados à inovação, ao desalinhamento entre as políticas públicas e à falta de transparência. Ainda explorando as dificuldades do Rio de Janeiro no que diz respeito à potencialização de práticas democráticas e de formas de desenvolvimento mais inclusivas, o artigo “Gênero como categoria: uma análise do legislativo municipal do Rio de Janeiro”, de Karla Gobo, explora a baixa representatividade feminina nos contextos de formulação da decisão na cidade, em particular na Câmara Municipal, levando em conta o período de 1977 a 2016.

**Diego Santos Vieira de Jesus** é doutor em Relações Internacionais pela PUC-Rio e docente e pesquisador do Programa de Mestrado Profissional em Gestão da Economia Criativa da ESPM-Rio. É coordenador do Laboratório de Cidades Criativas da mesma instituição.

## REFERÊNCIAS

CCTC. Cidade criativa. CCTC website, s.d. Disponível em: <<http://cidadecriativa.org/pt/cidade-criativa>>. Acesso em: 8 set. 2013.

CLOSS, Lisiane Quadrado; OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; AZEVEDO, Patrícia Rodrigues de; TIRELLI, Christian. Das Cidades aos Territórios Criativos: um Debate a Partir das Contribuições de Milton Santos. In: Anais do XXXVIII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 13-17 set. 2014, p.1-15.

DCMS. Creative industries mapping document, 1998. Disponível em: <[http://www.culture.gov.uk/global/publications/archive\\_1998/Creative\\_Industries\\_Mapping\\_Document\\_1998.htm](http://www.culture.gov.uk/global/publications/archive_1998/Creative_Industries_Mapping_Document_1998.htm)>. Acesso em: 3 out. 2015.

FIGUEIREDO, João Luiz de. Economia criativa, cidade criativa e desenvolvimento. In: TEIXEIRA, Eduardo Ariel de Souza; CORRÊA, Sílvia Borges (Org.). Economia criativa. Coleção Contextos e Pesquisas. Rio de Janeiro: E-papers, 2015, p.27-47.

\_\_\_\_\_; JESUS, Diego Santos Vieira de. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (Org.) Cidades criativas: aspectos setoriais e territoriais. Rio de Janeiro: E-papers, 2017, v. 1, p. 5-12.

FLORIDA, Richard. The rise of the creative class – and how it’s transforming work, leisure, community and everyday life. Nova York: Basic Books, 2002.

HARTLEY, John. Creative Industries. Londres: Blackwell, 2005.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Economia Criativa, Desenvolvimento e Sustentabilidade: o caso do Rio de Janeiro. Guaju, v. 3, n. 2, p. 65-80, 2017.

\_\_\_\_\_; KAMLOT, Daniel. Economia Criativa e Políticas Públicas. Curitiba: Prismas, 2016.

LANDRY, Charles. Prefácio. In: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter (Org.) Cidades criativas: perspectivas. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011, p.7-15.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney. Políticas Públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae MG, 2008.

MIGUEZ, Paulo. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.) Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007, p.95-113.

MILES, Steven. A revitalização movida pela cultura funciona ? In: GOLDENSTEIN, Lidia; ROSSELLÓ, Pablo; ARRUDA, Felipe (Coord.). Regeneração urbana através da cultura funciona ?. Londres, São Paulo: The British Council, 2014, p.124-132.